

RESUMO

A reunião iniciou-se pelas 15:55

Estiveram presentes na reunião a Secretária de Estado da Administração e Emprego Público e o Secretário de Estado do Orçamento.

Foi referido pela SEAEP que esta seria a 2ª ronda de discussão de reuniões de Orçamento do Estado, ficando desde já marcada a 3ª reunião para o dia 6 de Outubro.

A SEAEP começou por fazer um primeiro enquadramento afirmando que todas as expectativas terão de ser ponderadas e equacionadas, pois o esforço que trariam a um Orçamento Único seria muito pesado.

Salientou ainda que, no seguimento do Relatório RIVA (Recolha de Informação sobre Vencimentos e Avaliação, já anteriormente enviado), o tema-chave e a prioridade para o Orçamento de 2018 consiste em dar expressão efectiva à operacionalização do descongelamento das carreiras, consagrando disponibilidade para perspectivar um futuro mais risonho para os trabalhadores da Administração Pública.

Nesse relatório, segundo disse as margens de valores que emergem são expressivas. Olhando e esquecendo as promoções, e considerando as valorizações horizontais encontra-se uma ordem de valores que rondam os 600 milhões de euros, relativamente ao descongelamento.

Por conseguinte, a SEAEP informou que a partir de 1 de Janeiro de 2018 iniciar-se-à o descongelamento de forma faseada e que iriam partilhar todos os passos que estão a ser dados no sentido de se construir um modelo de forma mais colaborativa.

É nesta base que se falou de novo nos princípios que constituem as chaves-mestres: o da legalidade, universalidade e proporcionalidade. Na matriz efectuada, a SEAEP indicou que se tentou tipificar se ao longo do período de congelamento os trabalhadores tiveram valorização remuneratória.

De momento não existe um cenário definido mas o ideal seria descongelar atribuindo valorização remuneratória de uma vez só para todos, mas como isso representa 600 milhões de euros não é possível.

Por isso, o faseamento gradual não acontecerá todo em 2018, de modo a repartir pelos trabalhadores de forma equitativa. O esquema proposto, e falando apenas das Carreiras Gerais, seria o seguinte: em 2018 - 226 milhões; 2019 – 191.7; 2020 – 187.7 e 2021 – 86.4 milhões.

Por sua vez, o Secretário de Estado do Orçamento informou que para 2018 está planeado:

- Respeitar o compromisso de a partir de 1 de Janeiro iniciar o descongelamento das carreiras;
- Garantir os novos direitos adquiridos para a promoção na carreira;
- Restabelecer as progressões numa percentagem pequena, isto é, para os trabalhadores que não tiveram nenhuma progressão neste período.

Referiu ainda que consoante os cenários que se colocam em cima da mesa, o encargo anual é diferente e que para o Governo o desejável era que o período de descongelamento fosse o mais curto possível.

Os cenários possíveis apresentados foram estes:

- Não haver promoções e só progressões;
- Excluir carreiras;

- Olhar para todas as carreiras da mesma forma ou de forma diferente;
- No limite, perceber se aplicando as progressões em todas as carreiras, não olhando para o princípio da universalidade, fasear pode indicar expressar valorizações diferentes.

A SEAEP voltou a frisar que pretende discutir com a Frente Comum os prós e os contras, pois não quer excluir as progressões; quer reconhecer todos os direitos individuais e garantir impulso remuneratório.

A Frente Comum, por intermédio da sua Coordenadora, respondeu que se está a falar de assuntos que têm anos de atraso, que prejudicaram muito a vida dos trabalhadores e as pensões, por isso qualquer solução que venha que não garanta essa reposição imediata e para todos não é aceitável. Até porque se sabe para onde o dinheiro tem vindo a ser canalizado e é aí mesmo que se deve ir buscar para uma rápida resolução das questões em causa. Confirmou ainda que não vai participar na construção de uma solução que não concorda, nem ajudar a fazer propostas, porquanto já constam da PRC/2018.

De seguida, colocou duas questões: Como é que em 2018 se gastam 226 milhões nas Carreiras Gerais? e Qual a forma de fazerem o descongelamento?.

Foram colocadas também as seguintes questões: Que anos de progressões foram considerados?; Qual o âmbito do descongelamento?; Se esta medida inclui todas as empresas públicas, como a CGA, ou também os Hospitais?; Com esses 226 milhões, no quadro em que são apresentados, isso permitiria descongelar até que ano? e No relatório, existe um conjunto de trabalhadores que não têm avaliação?.

A SEAEP respondeu que o levantamento foi feito para termos a noção dos impactos e que os dados reportados nem sempre foram consonantes em moldes, o que não foi registado

foram os contratos a termo certo e incerto.

A Coordenadora da Frente Comum questionou qual era afinal a Proposta do Governo. Pergunta à qual a SEAEP reafirmou que se pretende chegar a todos os trabalhadores com um modelo faseado e tentar construí-lo em torno desse princípio.

Para terminar a sua intervenção, a Frente Comum manifestou que na PRC/2018, aprovada em Cimeira, se exige que o O.E. não pode continuar a tratar assim os trabalhadores da Administração Pública e no que diz respeito às matérias pecuniárias não se vai deixar cair o aumento dos salários.

Informou também que, caso o Governo mantenha a sua posição, no dia 3 de Outubro será definida uma forma de luta e que as negociações deviam terminar antes da votação do Orçamento de Estado.

Para concluir esta reunião, o Secretário de Estado do Orçamento, relativamente ao que consta na PRC manifestou que:

- Será feita a revisão dos escalões do IRS, de modo a beneficiar os trabalhadores com rendimentos baixos;
- Os rendimentos médio-baixos deixam de ter sobretaxa;
- Serão avaliadas e analisadas a tributação do subsídio de almoço e o aumento do salário mínimo;
- Há abertura para se rever a questão das horas de carácter nocturno, que representam uma expressão orçamental bastante significativa, mas também as horas de trabalho suplementar.

A reunião terminou pelas 17h05